

Compromisso com a estabilidade

Divulgação Pública

A decisão do governo de elevar de 4,25% para 4,5% do PIB a meta do superávit primário deste ano tem um valor mais simbólico do que prático, mas, mesmo assim, é de grande relevância. Ao escolher o caminho da contenção de gastos no momento em que a economia cresce, e com ela crescem também as receitas da União, o governo Lula procura mostrar à sociedade que está genuinamente convencido de que o rigor na gestão dos recursos públicos deve ser mantido sempre, pois só assim será possível reduzir gradualmente a dívida pública, ou pelo menos impedir seu crescimento descontrolado. Com superávit primário maior, o governo poderá destinar uma parcela maior de seus recursos para o pagamento da dívida, afastando o perigo de descontrole que importaria mais estrangulamentos às suas contas e criaria riscos sérios à estabilidade da economia brasileira.

“Se temos folga, vamos aumentar o superávit e pagar alguma coisa a mais da dívida”, justificou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista a emissoras de rádio, na quinta-feira. É uma declaração simples, que o presidente ainda justificou citando como exem-

plo a maneira como ele e sua esposa administram as finanças domésticas, mas que comprova a consistência da mudança de mentalidade de Lula e companheiros que ocupam altas funções na área econômica e financeira do governo.

Durante anos, Lula e os principais dirigentes do PT criticaram o empenho dos governos anteriores em honrar a dívida, acusando-os de estarem associados aos bancos e aos banqueiros e de terem negligenciado as tarefas voltadas à promoção do desenvolvimento e à redução dos problemas sociais. A dívida, na verdade, é fruto dos gastos excessivos do governo acumulados ao longo do tempo e precisa ser honrada para assegurar a credibilidade do devedor, que, apesar de tudo, ainda depende de empréstimos, pois continua a gastar mais do que arrecada. Se não pagar a dívida, entrará em colapso e, pior, contaminará todo o organismo econômico. Ao afirmar, na entrevista citada, que “devemos e vamos pagar uma parte a mais do que devemos”, Lula mostrou ter compreendido a verdadeira dimensão do problema.

Não é só por isso, porém, que a decisão do governo é importante. Embora do ponto de vista orçamentário seu efeito tal-

vez seja quase nulo – na prática, o setor público já vem registrando um saldo superior à meta anunciada, pois nos primeiros sete meses do ano o resultado alcançou 5,59% e nos 12 meses encerrados em julho, 4,65% do PIB –, o aumento da meta de superávit primário tem outro significado relevante. O governo fortalece, com a medida, uma complementaridade entre as políticas fiscal e monetária.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu endurecer sua política, por meio da elevação da taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para tentar conter o aquecimento da demanda que, na sua interpretação, vinha pressionando os preços internos. A contenção de gastos do governo ajuda a conter a demanda do setor público, e, assim, evita um esforço maior do BC para reduzir o consumo das famílias e os gastos das empresas. Ou seja, transfere para o setor público parte do ônus do combate à inflação.

Ressalve-se que, ao fazer isso, o governo não está interfe-

rindo deliberada e diretamente na ação do Banco Central, ao qual compete definir e conduzir a política monetária, mas abrindo espaço para torná-la mais flexível. A decisão do Copom de procurar atingir, em 2005, não o centro da meta inflacionária, de 4,5%, mas esse centro acrescido dos

efeitos da inflação atual sobre os preços médios do próximo ano, o que resulta numa inflação de 5,1% (ainda dentro da faixa de oscilação definida), igualmente apon-

ta para uma política monetária menos dura do que se previa para os próximos meses.

Para alguns economistas, seria melhor se o governo se comprometesse com uma meta de superávit primário de 4,5% também em 2005. De fato, isso daria mais consistência à política fiscal. Neste momento, porém, traria complicações políticas, pois exigiria mudanças no projeto do Orçamento de 2005, que se encontra em exame no Congresso. Mas nada impede que no próximo ano o governo se comprometa com uma meta fiscal mais rigorosa, como acaba de fazer.

Decisão que aponta para uma política monetária mais flexível no ano que vem

24 SET 2004

CESTÃO DE SÃO PAULO